

ATA NR. 122

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas dezasseis horas, no auditório maior do Jamor, Oeiras, reuniram em Assembleia Geral Ordinária, vinte e oito delegados à Federação Portuguesa de Aikido, conforme lista de presenças em anexo. Os delegados reuniram em segunda convocatória por ser insuficiente o número de presentes à hora marcada para a primeira convocatória. Estavam pessoalmente presentes dezasseis delegados participando os restantes doze delegados por meios telemáticos. Verificou-se os termos da convocatória e a sua validade assim como a lista de convocados e os elementos presentes. Estavam presentes por meios telemáticos dois elementos não convocados formalmente, a saber, José Fontes e Paulo Farinha. Antes do início da ordem de trabalhos foi colocada à discussão pelo presidente da mesa da assembleia geral a possibilidade destes dois elementos presentes poderem assistir à assembleia geral, sem direito a voto, por não constarem nas listas de convocados. Tomou a palavra Paulo Farinha que solicitou a sua admissão à Federação; José Fontes referiu que foi convocado no passado para outros eventos da Federação, mas não para este. O delegado João Nuno Silva propôs duas soluções possíveis: cancelar a assembleia geral ou prosseguir com a assembleia geral considerando o voto dos dois elementos presentes. Referiu ainda que não era o momento para discutir os estatutos da federação nomeadamente os tópicos da representatividade e da proporcionalidade dos delegados ao número de praticantes de cada organização representada. O mesmo tópico da representatividade não ter em conta o número de praticantes de cada organização foi referido pelos delegados João Batalha e Nelson Capote. A delegada Isabel Coelho referiu que a revisão dos estatutos deveria ser devidamente comunicada, pensada e discutida. Depois de ponderados os diversos pareceres dos delegados e não havendo oposição à realização da assembleia com a presença destes dois elementos sem direito a voto, o presidente da mesa da assembleia geral decidiu prosseguir com a realização da assembleia geral, seguindo a ordem de trabalhos constante na convocatória. Iniciando-se com o ponto número um, a saber, análise, discussão e aprovação do plano de atividades e orçamento para o exercício do ano de 2023, tomou a palavra o presidente da federação; referiu que foi um ano atribulado e que identificou vários pontos de melhoria. Falou das atividades desenvolvidas, dos eventos, das ações de formação, da mudança de direção e das alterações aos regulamentos a pedido do IPDJ - nomeadamente a adaptação do regulamento à prática do aikido e das vertentes competição e demonstração. Salientou a importância de melhorar a comunicação bilateral entre a federação e

as associações. Explicou o plano de atividades e o orçamento, assegurando o equilíbrio entre as receitas e as despesas. Informou sobre o objetivo de atingir os 1 200 inscritos assim como a revisão do atual sistema de cartões de membro. Referiu que as contas a pagar estavam em dia assim como as obrigações fiscais. Por fim comunicou aos delegados presentes que o objetivo da direção da federação é acrescentar valor e não apenas fazer uma redistribuição dos valores recebidos do IPDJ. Após esta exposição o presidente da mesa passou a palavra aos delegados afim destes esclarecerem dúvidas ou apresentarem sugestões. Tomando a palavra o delegado João Nuno Silva, perguntou de que forma a federação aproveitava o gasto das quotizações e filiações em entidades internacionais, transformando-o em investimento. A vice-presidente da direção tomou a palavra e agradeceu a sugestão, referindo que iriam ter em conta essas sugestões, nomeadamente o estreitamento das relações com as organizações internacionais para que Portugal apareça nas publicações da IAF e se possa participar em mais ações de formação; acrescentou que a inscrição na IAF dá estatuto de utilidade pública. O delegado João Batalha tomou a palavra e referiu que no plano de atividades não consta de forma autónoma a parte infantil e juvenil; assim como a publicidade e propaganda não tem valores; por fim perguntou se o apoio às associações iria sofrer alterações. A vice-presidente da direção esclareceu que as atividades apresentadas são as que estão em curso ou já confirmadas; no caso das atividades dirigidas a crianças ainda vão trabalhar nesse assunto em concreto. O presidente da direção esclareceu que os gastos em publicidade e propaganda genéricos são muito reduzidos dando o exemplo do que se gasta no *boost* no Facebook (€15) e acrescentou que eventuais gastos em publicidade entram nos orçamentos das atividades concretas que justificam essas ações de divulgação. Respondendo à última pergunta, informou que os apoios continuarão a ser dados em função do número de praticantes - considerando a média de praticantes em cada associação nos últimos três anos; acrescentou que esse apoio não irá variar significativamente e situar-se-á em aproximadamente oito mil euros. O delegado Jorge Costa questionou como serão utilizados os oito mil e setecentos euros destinados a eventos e de quando seriam apresentadas as atividades às associações. O presidente respondeu referindo que a apresentação das atividades e o respetivo calendário e verbas serão decididas pela Direção durante o mês de janeiro de 203. Agostinho Vaz presente, mas não representando qualquer Associação questionou como é designado o apoio às associações e o objetivo de cada apoio, referindo que os apoios devem ser estruturados com objetivos concretos no sentido de reforçar a federação e os clubes. O presidente respondeu clarificando que os apoios se atribuem com um contrato programa, referiu ainda que dos cerca



de sessenta e quatro mil euros, trinta e seis por cento destinam-se à atividade desportiva, cinquenta e quatro por cento para administração e gestão e o restante para a formação. Agostinho Vaz ainda sobre o aspeto competitivo referiu que foram definidas as etapas de desenvolvimento do praticante sendo o plano aprovado pelo IPDJ, assumindo-se o aikido como um desporto de representação e não pela via competitiva; concluiu dizendo que não deve haver receios com o aspeto competitivo. A delegada Isabel Coelho perguntou se existem planos de formação para nível dois. O presidente respondeu que está prevista formação para grau um e grau dois. Agostinho Vaz informou que o nível um pode assumir a responsabilidade pelo dojo e pelas etapas um a três até cinto castanho, e que o grau dois com as etapas de especialização dos cintos negros. O delegado José Caldeira interveio e referiu que a alteração aos graus um e dois deveria ser comunicado a todos os clubes. O presidente confirmou que irá estruturar essa comunicação e Agostinho Vaz informou que os cursos ainda terão de ser desenhados e aprovados. O delegado João Nuno Silva referindo-se à semana europeia do desporto fez notar que o aikido não tem estado presente nem colaborado com a revista. O delegado Nelson Capote questionou os valores orçamentados para a faturação e contabilidade, o valor para os honorários e as despesas com o site. O presidente esclareceu que o TOC apresentou um orçamento para honorários com um incremento de aproximadamente cinquenta por cento e que depois de negociado ficou pelos trinta e sete por cento, não se voltando a falar do assunto; referiu ainda que a avaliação que faz do TOC é boa e não gostaria de trocar; relativamente ao site, informou que deixou de haver pessoas remuneradas para gerir as redes sociais mantendo-se apenas a manutenção do site e da plataforma de inscrições em *back office*; quanto aos honorários, esclareceu que esse valor se refere ao apoio jurídico - que se considera importante - e foi orçamentado com alguma folga nos valores. A delegada Beatriz Ribeiro questionou a direção da federação sobre as ações de formação destinadas a abranger mais pessoas na prática do aikido, nomeadamente competências necessárias para a prática com deficientes, reabilitação, seniores, crianças, juvenil e infantil. A vice-presidente da direção respondeu que alguns esforços têm sido feitos nesse sentido, nomeadamente a prática de aikido com surdos o que implicou a aprendizagem de linguagem gestual. O presidente da direção deu o exemplo da classe piloto com o mestre Belarmino. O delegado Rodrigo Dias referiu que por vezes há incompatibilidades para acumulação de funções e isso dificulta ter pessoas com essas valências. O delegado João Batalha questionou se há um rácio informativo que indique a relação entre as pessoas que receberam formação de grau um e grau dois e o número destas pessoas que abriam dojo; salientou que é importante que as pessoas

que recebem formação abram dojo. O presidente esclareceu que não é calculado esse rácio, embora possa ser feito, mas faz-se um acompanhamento das pessoas que beneficiam da formação. O delegado Jorge Costa, sobre este assunto, manifestou-se dizendo que compete à FPA proporcionar o acesso à formação e as pessoas devem ser livres de abrir dojo. O delegado João Nuno Silva acrescentou que é importante saber-se o rendimento do investimento nos cursos de formação ao que o presidente da direção anuiu. Agostinho Vaz acrescentou que mais importante é a prática do aikido e que os cursos de grau um são só para primeiro *dan* e os de grau dois só para segundo *dan*. Alguns delegados desconheciam esta regra e o delegado João Nuno Silva comentou que os associados deveriam ter sido informados destas alterações. Não havendo mais perguntas, o presidente da mesa da assembleia geral deu por terminado o período de esclarecimentos e sugestões sobre o plano de atividades e orçamento colocando à votação a sua aprovação. O plano de atividades e orçamento foi aprovado por unanimidade dos delegados presentes, presencialmente e por via telemática. Nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada a assembleia geral e lavrada a presente ata, assinada pelo presidente e pelo secretário da mesa da assembleia geral.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral



---

Secretário da Mesa da Assembleia Geral



---